

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

MARCIANE DE SOUZA SANTOS

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: CONTRIBUINDO
COM O COMBATE AO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Delmiro Gouveia / AL

2018

MARCIANE DE SOUZA SANTOS

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA:
CONTRIBUINDO COM O COMBATE AO RACISMO NO AMBIENTE
ESCOLAR**

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em História
pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Profa. Dr^a Ana Cristina C. Santos

Delmiro Gouveia/ AL

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

S237e Santos, Marciane de Souza

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira: contribuindo com o combate ao racismo no ambiente escolar / Marciane de Souza Santos. – 2018.

24 f.

Orientação: Profa. Dra. Ana Cristina Conceição Santos.

Artigo monográfico (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2018.

1. História e Cultura Afro-brasileira. 2. Ensino fundamental. 3. Racismo. 4. Ensino e Aprendizagem. 5. Olho d'Água do Casado – Alagoas. I. Título.

CDU: 981



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA




ATA DA DEFESA PÚBLICA DO TCC DE MARCIANE DE SOUZA
SANTOS, REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2018

Aos nove do ano de dois mil e dezoito, na sala do NUDES, do Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, na cidade de Delmiro Gouveia, foi instalada a sessão pública para julgamento do Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pela acadêmica do Curso de História, Marciane de Souza Santos, matrícula de número 12212323, intitulado: **O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA: CONTRIBUINDO COM O COMBATE AO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR**. Após a abertura da sessão, a Profª Dra. Ana Cristina Conceição Santos (UFAL), orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, a Prof. Me. Gustavo Manoel da Silva Gomes (UFAL) e o Prof. Me. Wilton Carneiro Barbosa. Foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu à arguição e respostas do aluno e, em seguida, os comentários da banca. Ao final, a banca reunida em separado, resolveu APROVAR o trabalho com nota 8,0 (oito). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem é de direito. Sala do NUDES - Campus Sertão\UFAL, Delmiro Gouveia\AL, 09 de outubro de 2018.


Prof. Me. Gustavo Manoel da Silva Gomes
Universidade Federal de Alagoas


Wilton Carneiro Barbosa
(Avaliador externo)


Profª Dra. Ana Cristina Conceição Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho:
**A meus pais, Cicero Elias de Souza e Maria José de Souza, pelo apoio, força e incentivo de não
me deixar desistir mesmo perante a tantas dificuldades.**
A meus irmãos Makellyane de Souza e Marcelo de Souza, pela companhia e dedicação.
E inclusive a meu esposo Clenio Alves dos Santos, que caminhou junto comigo nessa batalha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre estar comigo em todos os momentos de minha vida e por sempre ouvir minhas orações, pois apesar de muitos obstáculos e dificuldade consegui erguer a cabeça e segui em frente. Essa trajetória para mim não foi nada fácil, pois ao longo da construção desse projeto tive muitas dificuldades as quais consegui superar, foi árdua, mas, graças a meu bom Deus, que sempre me deu forças perante às minhas dificuldades, minhas lutas, sinto que consegui vencer as batalhas diárias tendo como o segundo desafio em minha trajetória acadêmica, pois, para muitos eu não iria conseguir finalizar o curso, e graças as minhas orações me fortaleci e consegui.

Agradeço a minha mãe Maria José de Souza, a meu Pai Cicero Elias de Souza, que por não saberem ler nem escrever e muito menos por nunca terem ido a uma escola por ignorância de seu falecido pai, não deixou de nos amparar em nenhum momento, dando-nos forças para continuar, a minha irmã Makellyane de Souza que foi quem deu caminho para seguir junto com ela, a meu irmão Marcelo de Souza e a minha família a qual sempre me deu forças, tendo como base minha tia Gilvaneide de Queiroz que perante seus estudos teve muitas dificuldades e pouco apoio inclusive de seu esposo, mas mesmo assim não desistiu, sendo como ponto forte meu alicerce.

Agradeço ao meu esposo Clenio Alves dos Santos que sempre esteve e estará do meu lado, dando-me sempre palavras de conforto, não me deixando desanimar, e a minha sogra Gedalva Alves dos Santos, que também me deu voz de força, apesar de ela também ter enfrentado muitas barreiras em seus estudos, sendo hoje professora formada, mas por causa de alguns problemas pessoais não pode mais trabalhar, mesmo assim não deixou que eu desanimasse.

Agradeço aos meus amigos e amigas que tenho presentes em minha vida, e também aos que conheci durante o percurso do curso, fazendo novas amizades, tirando dúvidas, e caminhando junto na trajetória acadêmica na UFAL Campus do Sertão.

A todos os meus professores de ensino fundamental e médio que sempre nos davam voz de superação para vencer quaisquer desafios, pois, a vida era cheia deles. Agradecer inclusive ao professor Gustavo Manoel da Silva Gomes que desde o início do curso nos alertava, dando-nos a confiança de seguirmos firmes e fortes e superar qualquer desafio, pois na vida nada é fácil, como diziam todos, vida acadêmica não é fácil, é preciso força de vontade, ao meu querido professor José Vieira da Cruz, o meu grande e muito obrigado pela paciência que teve com nós alunos. E também ao meu querido professor Wilton Carneiro Barbosa, que mesmo cheio de tarefas não me deixou desamparada.

Por fim, a minha Orientadora, professora Dr^a Ana Cristina Conceição Santos, aquela que aprendi a admirar desde quando a vi pela primeira vez e pela sua dedicação e persistência. Muito obrigado!

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: CONTRIBUINDO COM O COMBATE AO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

Marciane de Souza Santos*

Ana Cristina Conceição Santos**

Resumo: Este trabalho consiste em um estudo sobre como é desenvolvida a disciplina História e Cultura Afro-brasileira que é ofertada nas escolas municipais da cidade de Olho D'Água do Casado-AL tendo como objetivo principal analisar como é ministrada a disciplina História e Cultura Afro Brasileira e se o professorado teve/tem formação adequada para trabalhar com a temática; contudo a coleta de dados foi feita em apenas uma escola municipal. Traremos como aporte teórico estudos dentro de uma perspectiva anti-racista. A metodologia utilizada foi qualitativa na qual realizamos entrevistas com o professor responsável pela implementação da disciplina; uma coordenadora, uma professora e dois estudantes do nono período (Ensino Fundamental II) de modo a compreender quais as percepções sobre o racismo e a importância dessa discussão na escola. A importância da lei 10639/03 é o fio condutor para que os estudos sobre relações étnico-raciais sejam abordadas em sala de aula.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-brasileira, Lei 10639/03, Olho D'água do Casado.

* Estudante de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão.

E-mail: marciiane_souza@hotmail.com

** Professora adjunta II da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão.

E-mail: ana.santos1@delmiro.ufal.br

Abstract: This work consists of a study about how the Afro-Brazilian History and Culture is developed, which is offered in the municipal schools of the town of Olho D'Água do Casado-AL, whose main objective is to analyze how the discipline Afro-Brazilian History and Culture is taught and if the teacher had / has adequate training to work with the subject; however the data collection was done in only one municipal school. We will bring as theoretical contribution studies from an anti-racist perspective. The methodology used was qualitative in which we conducted interviews with the teacher responsible for the implementation of the discipline; a coordinator, a teacher and two students from the ninth grade (Elementary School II) in order to understand the perceptions about racism and the importance of this discussion in school. The importance of Law 10639/03 is the guiding line for studies on ethnic-racial relations to be addressed in the classroom.

Keywords: Afro-Brazilian History and Culture, Law 10639/03, Olho D'água do Casado.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que tem como tema “O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: contribuindo com o combate ao racismo no ambiente escolar” destaca o ensino da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira em uma escola municipal da cidade de Olho D’Água do Casado/AL.

O interesse em pesquisar essa temática foi por ter ministrado a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e perceber a dificuldade que algumas professoras e professores, inclusive eu, tínhamos por não ter materiais disponíveis. É notável que o estudo da história e cultura afro-brasileira não é valorizado nas escolas, pois o modo de como é repassado para as e os estudantes deixa a desejar, revelando a falta de diálogo, de debates, de conhecimentos, e acima de tudo materiais necessários e formação inicial e continuada para desenvolver de forma eficaz a disciplina. Então, surgiu a vontade em compreender e aprofundar sobre a história e cultura africana e afro-brasileira para trabalhar com as e os estudantes. Consegui documentários e auxílio do professor Wilton Carneiro Barbosa que, em 2009, foi o responsável pela implementação dessa disciplina no município de Olho D’Água do Casado.

A História e Cultura Afro-Brasileira tornou-se obrigatória nas escolas públicas e privadas desde 2003, através da Lei 10639. No entanto, a sua efetivação não foi realizada totalmente, trazendo assim prejuízos para a educação ao que se refere a desfazer preconceitos em torno da história e cultura da população negra e, como exemplo, citamos a crença de algumas pessoas, que a população africana já nascia escrava. Trabalhar com essa temática é entender que a história de africanas e africanos, trazidos na condição de escravizados, faz parte da história do povo brasileiro e que eles muito contribuíram para a formação cultural, econômica e social desse país.

O objetivo principal desse trabalho é analisar como é ministrada a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e se o professorado teve/tem formação adequada para trabalhar com a temática. A metodologia utilizada foi qualitativa e utilizamos como técnica para coleta de dados entrevista com o responsável pela implantação da disciplina no município, 01 professora, 01 coordenadora e 02 estudantes do nono ano.

O trabalho foi dividido em quatro partes: iniciamos com a introdução; no capítulo um, trazemos a participação dos povos africanos no Brasil, demonstrando que a

população africana já detinha um conhecimento tecnológico e científico que são invisibilizados pela escola e livros didáticos; no capítulo dois, abordamos a educação para as relações étnico-raciais fazendo uma breve análise sobre a construção social do racismo e logo em seguida mostrando a importância da Lei 10639/03; no capítulo três, trata da parte metodológica na qual apresentamos o município de Olho D'Água do Casado e em seguida analisamos as entrevistas realizadas, de modo, a saber, como foi implementada e como é ministrada a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira, se essa disciplina contribui para o combate do racismo na escola e na sociedade; concluímos o trabalho com as considerações finais, revelando a importância de privilegiar na educação formal a abordagem das relações étnico-raciais e as contribuições deste trabalho para tais discussões.

1. A PARTICIPAÇÃO DE AFRICANAS E AFRICANOS NO BRASIL

A população africana trazida para o Brasil chegou na condição de escravizada e, mesmo encontrando-se em situação de subalternidade, seus conhecimentos em diversas áreas e suas culturas fizeram e fazem parte para a formação da sociedade brasileira; no entanto, na maioria das escolas e dos livros didáticos essas participações ainda tornam-se invisíveis.

A percepção imagética sobre o continente africano é de um lugar distante, homogêneo, de extrema pobreza. Muitas escolas não conseguem perceber e contemplar no currículo o legado cultural e histórico que a população africana trouxe para o Brasil. Isso é decorrente do etnocentrismo, ou seja:

Uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensar a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. (ROCHA, 1994)¹

Nesse caso, os povos africanos e seus descendentes na diáspora tem seu legado colocado como algo de menor valor pelo etnocentrismo que valoriza o legado europeu. E esse etnocentrismo favorece o racismo em nossa sociedade ao inferiorizar toda contribuição vinda do continente africano como aponta Gomes² (2005, p. 54) “...

¹ ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos, 124).

² GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº

quando esse tipo de sentimento se exacerba, produzindo uma ideia de que o outro, visto como diferente, apresenta além das diferenças consideradas objetivas, uma inferioridade biológica, o etnocentrismo pode se transformar em racismo.”

As africanas e africanos que chegaram no Brasil não pertenciam a um único lugar. Representavam diversas etnias, sendo elas: Nagô, Bantu, Mina, entre outras. É importante ressaltar que a população africana escravizada, em diversas vezes, tinha uma etnia suposta pelo traficante de escravos, ou seja, “foram reunidos em supostas etnias, que, na realidade eram nomes de portos de embarque e principais mercados no continente africano, raramente grupos étnicos originais” (MATTOS, 2006)³.

A maioria dos livros costumam limitar o legado africano e afro-brasileiro a gastronomia (acarajé, farofa, feijoada, vatapá, quibebe, etc), a dança (jongo, samba de roda, maracatu, etc), a música (samba, etc) e religião (candomblé, umbanda, etc). Consideramos tais contribuições muito importantes, mas é necessário destacar que a população africana tinha/tem um desenvolvimento científico e tecnológico que colaborou e colabora para o desenvolvimento da humanidade, em especial no Brasil.

Cunha (2012)⁴, discute em seu trabalho sobre o eurocentrismo que esconde as contribuições dos povos africanos ao que se refere a ciência e tecnologia

A negação do passado científico e tecnológico dos povos africanos e a exacerbação do seu “caráter lúdico” foi uma das principais façanhas do eurocentrismo e que ainda hoje abala fortemente a auto-estima da população africana e da diáspora, pois os “métodos”, “conceitos” e muitos cientistas europeus deram a impressão ao restante do mundo, de que as populações africanas não tiveram uma contribuição relevante para a construção do conhecimento universal. Isso fica bastante evidente em vários trabalhos de pesquisas empreendidos por cientistas preconceituosos que descreveram a África como um continente eternamente pré-histórico, bárbaro, cujos habitantes, no geral, se apresentam como seres bestiais, incapazes de construir ou transmitir conhecimentos relevantes. (p.05).

Cunha apostou em outros autores que participaram da medicina e também da engenharia como: VAN SERTIMA (1983) com a obra *Black in Science: ancient and*

10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

³ MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁴ CUNHA, Lázaro. Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em: 8 de jun. 2018

modern, onde fala sobre as riquezas das realizações dos povos africanos, participando também o autor (Brecher 1977).

Juliano Moreira que foi uma grande referência da medicina brasileira, Nascido em Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, em 1855, filho da escrava Domingas da Paixão e do senhor de engenho Francisco Antônio da Costa Pinto, pai que nunca o legitimou, Nascido em Salvador, em 1873.

André Rebouças, que era baiano de Cachoeira, nascido em 1838, formou-se em engenharia, ciências físicas e matemática, na escola Militar do Rio de Janeiro, onde posteriormente, foi professor.

No mesmo texto Cunha descreve parte do legado africano para a ciência e tecnologia, a saber:

Na medicina, o autor questiona o título “Pai da Medicina” atribuída ao grego Hipócrates, e diz que seria adequado dar esse título ao médico egípcio Imhontep que:

Quase três mil anos antes de Cristo praticava quase todas as técnicas básicas da medicina. O Egito possuía uma ciência médica e farmacológica sistematizada e muito desenvolvida, cujas recentes descobertas mostram que os cientistas egípcios tiveram a capacidade de promover cirurgias complexas como as cerebrais, de catarata ou o engessamento de membros com ossos quebrados, conhecer substâncias cicatrizantes e anestésicos. (CUNHA, 2012).

Cunha (2012) continua ao narrar que os egípcios conheciam sobre o aparelho circulatório devido ao processo de mumificação, faziam procedimentos odontológicos, detectavam a gravidez de mulheres através da urina, entre outros. E esse conhecimento não se limitava ao Egito, em Uganda, no século XIX, já se fazia partos cesarianos.

Os povos africanos, antes do processo de escravização pela Europa, demonstravam vastos conhecimentos na engenharia e matemática (produção de aço em fornos, construção das pirâmides), na astronomia e na navegação (Cunha, 2012).

No Brasil, esses conhecimentos se refletiram nas técnicas agrícolas, nos artefatos construídos para a casa grande e igrejas, entre outros.

Esses exemplos não são referenciados pela maioria dos livros didáticos trabalhados em nossas escolas e nem contemplados nas formações inicial e continuada das professoras e professores.

2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

Nesse capítulo, iremos discutir a importância da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. No entanto, antes conceituaremos raça e racismo e de que forma se estruturam em nossa sociedade.

2.1. A construção social de raça: o racismo no Brasil

Raça é um termo da biologia que identifica subespécies. Para os humanos esse termo vem sendo utilizado no sentido:

Raça refere-se ao âmbito biológico; referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética (SANTOS, PALOMARES e QUINTÃO⁵, 2010, p. 124)

Percebemos que o uso biológico do termo raça não tem mais sustentabilidade, visto que a raça humana não se constitui em subespécies como de outros animais e plantas, a exemplo na botânica que a espécie do pinheiro negro europeu tem três subespécies ou raças: *Pinus nigra nigra*, *Pinus nigra caramanica* e *Pinus nigra pallasiana*.

Entretanto, para a humanidade, a categoria raça é usada no sentido sociológico, pois se existe racismo é porque há uma construção social de raça.

GOMES (2005) chama atenção quando usamos o termo raça:

Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha. (p. 45)

O Brasil é um país racista e isto é revelado em dados estatísticos divulgados por órgãos governamentais como O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que, em 2013, apontou em uma pesquisa sobre violência contra a população negra que o estado de Alagoas é o que mais mata homens negros⁶. O assassinato representa o extremo da violência que pode ocorrer com a população negra devido a sua origem racial, no entanto, outras formas de violências e violações de direitos são denunciadas pelo movimento negro e mídia como salários diferenciados, não contratação por causa da estética e/ou pertencimento racial, sempre o primeiro suspeito de crimes, entre outros.

⁵ SANTOS, Diego; PALOMARES, Nathalia; QUINTÃO, Cátia. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ Acesso em: 12 de jul. 2018

⁶ http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20607

Portanto, nesse trabalho o termo raça é considerado enquanto termo social e é nessa perspectiva que iremos compreender tal conceito ao tratar da Lei 10639/03.

2.2. A Lei 10639/03 e sua aplicabilidade

A Lei 10639/03⁷ altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

No final do século XIX e todo o século XX, o movimento negro denunciou a ausência e invisibilidade da história da população negra nos currículos escolares e, só em 2003, na gestão do ex: presidente Luís Inácio Lula da Silva, que a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira tornou-se real.

A escola silencia em torno das relações raciais quer seja ao que se refere aos conteúdos trabalhados, quer seja nos conflitos que surgem em sala de aula ou no ambiente escolar:

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento de inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos(as) negros(as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias. (BRASIL, 2006)⁸

Para dar efetividade a lei o Conselho Nacional de Educação, em 2004, aprovou o relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana⁹

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da História e cultura afro-brasileira e africana não se restringem à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade

⁷ BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

⁸ BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

⁹ BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.

multicultural e pluriétnica, capaz de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004).

Mesmo com a promulgação da Lei 10639/03, existem vários fatores que dificultam a sua aplicabilidade como a falta de formação dos profissionais de educação, ou seja, formação para além do professorado e sim de todos os servidores da escola, pois não adianta o professor (a) trabalhar com o tema das relações étnico-raciais dando enfoque na história e cultura africana e afro-brasileira e a merendeira, o vigia, a zeladora, entre outros, terem visões preconceituosas em relação a religião de matriz africana, acreditarem que estudantes negros (as) são incapazes, feios, etc; falta de material pedagógico; entre outros fatores.

Mesmo com dificuldades, podemos visualizar possibilidades, pois trabalhar com a história e cultura africana e afro-brasileira é romper com os paradigmas de uma história feita apenas por heróis brancos, elitizados como aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004):

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyrá Falcão dos Santos, entre outros).

3. A DISCIPLINA CULTURA PALMARINA NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Neste capítulo, iremos analisar as entrevistas e a produção textual coletado. Entretanto, é necessário que antes façamos uma apresentação do município de Olho D'Água do Casado.

3.1 Um olhar panorâmico da cidade de Olho D'Água do Casado

O município de Olho D'Água do Casado está localizado no Alto Sertão Alagoano, fazendo limites ao norte com o município de Inhapi, ao sul com Sergipe, a leste com Piranhas e a oeste com os municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia. A cidade está a uma distância de 263 quilômetros da capital Maceió. (IBGE).

Ainda poderemos conferir algumas informações coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰:

Segundo o Censo Demográfico 2010, Olho D'Água do Casado tinha uma área de 322,90 km² e uma população de 8.491 habitantes, onde a mesma tem a existência de cor ou raça, predominando a cor parda com 6,200 habitantes, a cor preta com 200 habitantes e a cor branca com 2000 habitantes (IBGE).

Ao analisar os dados do Censo Demográfico 2010, percebemos que o município de Olho D'Água do Casado possui menos de 10 mil habitantes mostrando que é um município pequeno, em relação a outros municípios brasileiros, mas que vem crescendo. A maioria da população encontra-se na zona rural.

A cidade de Olho D'Água do Casado foi iniciada pelo fazendeiro José de Melo Casado, oriundo de Água Branca/AL como narra Petrauskas (2008)¹¹:

Começou [José de Melo Casado] a explorar o poço, para acabar com a sede do seu rebanho, de modo que espalhou a existência do poço, e como a região por vezes passava por períodos de estiagem, o poço teria muita importância. A partir dessa nascente, que atraía as pessoas, surgiram outras famílias e o povoado foi crescendo com o nome de "Olhos d'Água do Casado", "Olhos d'Água", por causa do poço "do Casado", em homenagem ao fazendeiro de sobrenome Casado.

Os primeiros habitantes chegaram por volta de 1802 e foi intensificando em 1877, pois servia para que os trabalhadores da estrada de ferro acampassem. Em 1887, a ferrovia foi concluída e o povoado estava consolidado, sendo pertencente ao município de Piranhas/AL e em 1962 o povoado ganhou status de município.

Atualmente, o município tem oito escolas da rede municipal de ensino e a escola na qual fizemos o levantamento das informações está localizada no centro da cidade e oferta o Ensino Fundamental II, nos turnos matutino e vespertino.

¹⁰ IBGE. **Censo 2010**.

¹¹ PETRAUSKAS, Neusa Britto. **Histórico do Município de Olho d'Água do Casado – Alagoas**. Olho d'Água do Casado-AL Dezembro/2008. Acervo particular.

3.2 A disciplina História e Cultura Afro-brasileira na rede municipal de educação de Olho D'Água do Casado

Nesse subcapítulo, iremos analisar a disciplina História e Cultura Afro-brasileira que faz parte do currículo das escolas da rede municipal de Olho D'Água do Casado.

3.2.1 A implementação da disciplina:

A disciplina foi implementada, em 2009, conforme o relato do professor Wilton Carneiro que na época era inspetor educacional pedagógico do município:

Quando eu assumir a função de Inspetor Educacional na rede municipal da Educação em Olho d'Água do Casado em 2009, percebi que a matriz curricular estava defasada, funcionando com aulas de apenas 50 minutos, na formulação da matriz reuni a equipe pedagógica da SEMED/Olho d'Água do Casado. Os coordenadores (as) pedagógicos, os diretores (as) das escolas, e os professores (as) da disciplina de História para informar sobre a implementação das disciplinas: História e Cultura Afro-Brasileira que seriam ministradas dos 6º aos 9º anos e Educação para as Relações-Étnico Raciais do 1º ao 5º ano.

A fala do entrevistado revela que após seis anos é que o município implementa a Lei 10639/03. E essa garantia da efetivação da lei só foi possível porque o entrevistado foi trabalhar como inspetor educacional pedagógico no município de Olho D'Água do Casado.

Houve também a preocupação em reunir toda a equipe escolar (coordenadores/as, diretores/as e professores/as) demonstrando assim que a efetivação da Lei 10639/03 deve ser um trabalho conjunto da escola e não apenas de determinados professores/as.

O prof. Wilton relata sobre a percepção que tinha sobre o ensino de História:

Foi a partir daí que observei que a história a qual estudávamos não tinha sentido, afinal não tinha história. Maioria dos professores utilizava a matéria História como assunto para a disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais, sendo que na época os materiais não eram tão suficientes e muito menos colaborativos. Alguns professores reclamavam da mesma, por falta de textos, livros, ou mesmo, materiais didáticos.

A falta de material pedagógico para trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula, é apontada com um dos fatores que torna difícil a abordagem das relações étnico-raciais pela escola.

Lima (1997)¹² complementa a importância de se ter materiais para dar suporte as aulas ao que se refere as questões étnico-raciais:

O professor é o grande fomentador das transformações dentro da sala de aula, ele é quem faz a intermediação entre a escola e a sociedade. É preciso que os governos forneçam instrumentos para que o professor possa discutir a diversidade estabelecendo estratégias de mudança (p. 102).

Entendemos que não é só implementar a disciplina, é necessário outros fatores para que ela de fato se efetive.

3.2.2 Trabalhando com a disciplina História e Cultura Afro-brasileira:

O trabalho com a disciplina, de acordo com o prof. Wilton, é “embasado através do material da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, repassados pelos técnicos da secretaria que são um grupo de professores onde se responsabilizavam pela parte pedagógica, vindo então a ajudar as escolas a montar suas propostas pedagógicas. O material na época era muito difícil, a secretaria então buscou base, diretrizes, através de materiais que já existiam no MEC que eram escassos, também de diretrizes curriculares, e de pesquisa também via net. Sendo os materiais enviados por meio da 11ª (GERE), Gerencia Educacional, comparando então com a fala de outros professores, os materiais eram entregues pela secretaria e também através de livros e pesquisas na internet”.

O professor Wilton Carneiro em sua fala diz que os profissionais da educação não participam das reuniões:

Seria interessante se os profissionais da área da educação, exemplo, os professores participassem das reuniões da SEMED para melhor entender a disciplina, o que ela pode trabalhar e quais as formas de adquirir um material específico para ser lançado em sala de aula, até por que nem todas as informações são passadas por completo.

Complementando a fala do Prof.. Wilton a coordenadora relatou que o professorado não participa das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Educação que é a SEMED, e diz que é elaborado “um projeto semestral o qual eles seguem (professoras e professores)”. Fica um questionamento: será que a gestão da escola e da SEMED averiguou o porquê do desinteresse do professorado em

¹² LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse. **As idéias racistas, os negros e a educação**. Florianópolis, N° 1, Núcleo de Estudos Negros/NEM, 1997. (Série Pensamento Negro e Educação).

participar das reuniões? O planejamento que os professores/as desenvolvem em sala de aula foi feito de forma coletiva?

Segundo a coordenadora da escola, a não participação dos profissionais da educação nas reuniões, era porque cada escola tinha uma coordenadora, a qual ficaria responsável para passa às informações adequadas aos demais profissionais. Na questão do planejamento, os próprios profissionais da educação a exemplo dos professores, era quem elaboravam suas próprias atividades em sala, vindo apenas a debate-las fora da sala de aula junto ao coordenador da escola. Como ressaltou o prof. Wilton Carneiro.

O planejamento exige uma investigação da realidade, conhecimento teórico das questões a serem abordadas, entre outros.

Oliveira (2007)¹³ diz:

O ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas; para que o planejador as evidencie faz-se necessário fazer primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim, traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar.

Portanto, planejar as atividades para trabalhar com a História e Cultura Afro-brasileira requer muito mais do que um planejamento, pois é preciso comprometimento e formação.

3.2.3 Formação de professores/as para trabalhar com a temática:

A formação inicial e continuada é um imperativo para se garantir a efetividade nos conteúdos a serem trabalhados. Ao pensar sobre diversidades, mais especificamente sobre relações étnico-raciais, há uma necessidade de compreender a ideologia racial que hierarquiza povos, conhecer a história do continente africano anterior ao processo de exploração e escravização pelos europeus, de que forma se estrutura as relações étnico-raciais no Brasil, entre outras questões.

Na entrevista com o prof. Wilton, nosso entrevistado, ele diz que infelizmente “não há formações de professores por parte da SEMED, e que os professores apenas atuam através das informações que são repassadas pelos técnicos”.

¹³ OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação**: Desafios Contemporâneos. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

Por sua vez a coordenadora diz:

A formação de professores/as é produto de múltiplas determinações, diálogos, atritos, confrontos, tensões e contradições, para que todos façam uma reflexão teórica que respalde suas escolhas metodológicas, enfim... Fazendo com que os professores/as busquem mais objetos de estudo para assim poder trabalhar com mais clareza essa temática. Até por que só de troca de experiências não é o suficiente para formar futuros educandos. E há sim racismo e preconceito, principalmente por parte dos educandos e também dos profissionais da educação inclusive no ambiente escolar.

Complementando a fala da coordenadora a professora de História menciona:

A forma de trabalhar a temática é através da diversidade racial, utilizada como conteúdo para a disciplina de cultura afro-brasileira contida no cotidiano escolar. Acho um absurdo a forma de como tratam os profissionais sendo repassados apenas por informações por técnicos se os professores é quem estão atuando, e como já havia dito, seria interessante se os mesmos participassem também das reuniões, pois nem todas as informações são repassadas com clareza.

O prof. Wilton e a professora apontam a falta de formação e a coordenadora além de dizer que a troca de experiência não é suficiente enquanto formação, sinaliza também para a falta de material.

3.2.4 A importância de se trabalhar a questão racial na escola pelo olhar dos sujeitos pesquisados:

Trabalhar com a História e Cultura Africana e Afro-brasileira é uma das formas de romper com o currículo etnocêntrico. No entanto, devemos ter o cuidado para não propagar que trabalhar com as questões étnico-raciais deve se limitar ao grupo tido como “diferente”, pois nossa sociedade é multiétnica e pluricultural e a educação formal deve contemplar essa perspectiva como aborda Cunha (2011)¹⁴:

A avaliação de que a escola é responsável por uma parte substantiva da formação para a cidadania, mas continua a viver em um universo mono-cultural onde apenas a cultura dominante tem direito de expressar-se, não merece retoques culturais, deve educar as crianças em uma ótica intercultural. Não menos atraente é a ideia que uma sociedade em perpétua mutação cultural deve educar as crianças em uma ótica intercultural, em vista de sua inserção plena na vida social econômica contemporânea. Para isso, a proposta intercultural deveria basear-se numa pedagogia que se constrói em atos e se desenvolve na confrontação, na experiência e na análise, dirigindo-se para toda a população escolar sob o risco de, ao ser reservada para os “diferentes”, reforçar estereótipos. (CUNHA, 2011).

¹⁴ CUNHA, A. S. A. (Org). **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos**: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil. São Luís: SETAGRAF, 2011.

Professor Wilton afirma para a importância da lei e reforça que a mesma é uma das maneiras de combater o racismo e o preconceito em nossa sociedade:

A importância da Lei de nº 10639/03 nas escolas traz a possibilidade de um trabalho pedagógico mais justo em relação a questão do negro, propiciando um resgate histórico dos aspectos de matrizes africanas e da cultura afro-brasileira. A lei traz a possibilidade de luta contra o preconceito e discriminação racial.

Por sua vez a coordenadora diz que:

Eu conheço a Lei de nº 10639/2003. É implantada na escola a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira; por tanto é feito planejamento semestral e seguimos. Existe preconceito sim, tanto racial como qualquer outro tipo de discriminação. Até agora não constatamos discriminação por parte dos educandos, nesse estabelecimento de ensino. A escola abordar sim questões sobre o racismo, como desenvolver ações para que todos possam entender como foi formada a nossa população, entender como e por que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e muitas vezes usadas como critérios de seleção, de exclusão de alguns e de inclusão de outros. Essas ações devem garantir o direito de ampliar seus conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si próprio ou ao grupo étnico racial a que pertencem.

É reconhecido pela coordenadora a existência do preconceito e discriminação racial na sociedade brasileira, no entanto, a mesma diz que no ambiente escolar não há registro de discriminação. Essa fala é reforçada pela professora de História, mas é contraditória com as falas dos estudantes.

Na fala da professora de História ela diz:

Eu conheço a Lei de nº 10639/2003, onde ela tem a implementação do estudo da história da África e da cultura afro-brasileira. A trajetória da história e da cultura do negro é trabalhar com a temática da diversidade racial, como conteúdo na disciplina de cultura afro-brasileira no cotidiano escolar. O PPP da escola aborda sim a questão racial como instrumento da prática pedagógica. Não há casos de discriminação no ambiente escolar.

A estudante do 9º ano afirma:

O preconceito e o racismo é uma coisa que mais ouvimos de hoje em dia nas escolas, a maioria das pessoas só vão pra escola para bagunçar e apelidar seus colegas tendo a mania de julgar os outros só por que é negro, mas somos todos filhos de Deus, somos todos iguais. Muitos nas escolas têm preconceito com os colegas, isso é serem racista, alguns tem até medo e vergonha de vir a escola por que sofre de preconceito e racismo. As pessoas acreditam que sua raça é melhor do que a dos outros, dizem que essa pessoa é “racista” e a esse tipo de discriminação damos o nome de “Racismo”. Muitos

alunos vêm para a escola achando que é o melhor de todos, já chega arrasando os demais, só por que tem gente da pele mais escura, ou do cabelo enrolado, já dizem que eles não valem nada, chamam de negro do cabelo tuim, maltratando de todas as formas os seus colegas, mas isso não é o correto. Temos que combater o racismo e o preconceito nas escolas.

A estudante revela que há atitudes racistas no ambiente escolar e aponta como uma possibilidade do abandono aos estudos ao dizer que... “alguns tem até medo e vergonha de vir a escola por que sofre de preconceito e racismo”. Essa fala demonstra que as relações raciais estão passando despercebidas pela gestão, coordenação e professorado da escola. Não basta contemplar tal discussão no Projeto Político Pedagógico, nos planejamentos e nenhuma ação concreta ser realizada para combater práticas racistas e mudanças de mentalidades.

O estudante do 9º ano diz:

Hoje muitas pessoas sofrem racismo, pela cor, raça, pela forma do corpo, entre outros, vindo a receber vários apelidos os quais incomodam, como por exemplo: nego preto, cabelo de tuim, pó de carvão, e etc. Até mesmo os famosos sofrem com o racismo. Muitas mulheres sofrem por causa do racismo, obtendo um medo o qual lhe rodeia, fazendo com que elas se sintam inseguras em andar na rua da maneira que eles achem certo. Todos nós devemos respeitar o próximo inclusive o negro, pois somos todos iguais, e somos todos seres humanos. Se continuar dessa forma, aonde iremos chegar, como podemos ter a nossa liberdade se não podemos viver livres como bem pensamos.

Percebemos que os dois estudantes têm falas parecidas ao relatar sobre os apelidos colocados de forma pejorativa nos estudantes negros e negras, enaltecendo assim, um modelo superior, ou seja, uma normatividade branca.

Sobre os estereótipos, Munanga¹⁵ nos fala:

Os estereótipos, a representação parcial e minimizada da realidade, conduzem o estereotipado e representado, em grande parte, à autorejeição, à construção de uma baixa auto-estima, à rejeição ao seu assemelhado, conduzindo-o à procura dos valores representados como universais, na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e inferiorização. (2005, p. 30).

Notamos que a criação da disciplina História e Cultura Afro-brasileira contempla no planejamento e currículo as questões referentes as relações étnico-raciais não são

¹⁵ MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

suficientes para um trabalho eficaz. É necessário um maior compromisso da SEMED e da escola com a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no País. (João José Reis).

Esta pesquisa procurou compreender como a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira, implementada nas escolas municipais da cidade de Olho D'Água do Casado, tem contribuído, ou não com o combate ao racismo.

Para entender o processo histórico e educacional da população negra recorri a autores como Diego Santos trazendo informações inclusive sobre raça/cor.

Obtive também a ajuda da autora Nathalia Palomares, mostrando somente os pontos mais importantes como as diferenças, a cor da pele, enfim, dando mais clareza a pesquisa, autores esses que trabalham dentro de uma perspectiva antirracista. Pude conhecer a Lei 10639/03 consultando o seu parecer fazendo com que eu reafirmasse que a história não é apenas uma forma pronta e acabada, mas sim uma história cheia de descobertas, muitas propícias e várias mudanças.

Este trabalho evidencia que apenas contemplar a Lei 10639/03 não garante que o racismo diminuirá na escola e fora dela. É preciso um trabalho constante e comprometido por parte de todos envolvidos com a educação (secretários de educação, gestores escolares, professores).

Santos (2014) ¹⁶ corrobora com esse pensamento ao dizer que:

Ensinar História da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira. Com a lei sancionada, tornando obrigatório o ensino da História dos afro-brasileiros e africanos no ensino fundamental e médio, deu-se conta das dificuldades de sua implementação, a começar que com algumas exceções os professores nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a história da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nestes níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, os alunos passam a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações.

¹⁶ SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A LEI 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica.** Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLMENTACAO.pdf. Acesso em 21 abr. 2017.

A diversidade da população brasileira tem que ser entendida como elemento para a construção da identidade nacional, uma identidade não homogênea.

Esta pesquisa possibilita repensar o papel da escola, o comprometimento dos gestores com a educação e a formação do professorado. A Lei 10639/03 completou 15 anos de promulgada e percebemos que ainda tem muito a ser feito. O ensino de história ainda tem muitos obstáculos a serem vencidos, assim como as políticas que estão sendo criadas para o país. Esse trabalho buscou uma história vivenciada, aprendida e realizada, através de entrevistas e pesquisas, inclusive de pessoas que fizeram e ainda faz parte da História com a História e Cultura Afro-Brasileira. Porém, não tendo como último o ponto desse trabalho, pois não será ponto final, mas um ponto continuativo, aberto para novas pesquisas, ideias, entrevistas, análises e reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CUNHA, A. S. A. (Org). **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil**. São Luís: SETAGRAF, 2011.

CUNHA, Lázaro. **Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/contribuicao-povos-africanos.pdf>. Acesso em: 8 de jun. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

IBGE. **Censo 2010**.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse. **As idéias racistas, os negros e a educação**. Florianópolis, N° 1, Núcleo de Estudos Negros/NEM, 1997. (Série Pensamento Negro e Educação).

MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

PETRAUSKAS, Neusa Britto. **Histórico do Município de Olho d'Água do Casado – Alagoas**. Olho d'Água do Casado-AL Dezembro/2008. Acervo particular.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos, 124).

SANTOS, Diego; PALOMARES, Nathalia; QUINTÃO, Cátia. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. Disponível em: www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2018

SILVA, Geraldo da; ARAUJO, Marcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: BRASIL. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 65 - 78.